

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.680 - SP (2019/0324102-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE  
CARVALHO E OUTRO(S) - SP361409  
JUSUVENNE LUIS ZANINI - SP399243  
**AGRAVADO** : PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : TAÍS RODRIGUES DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP222663

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 145):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - Execução de título extrajudicial. Pretensão de constrição sobre percentual dos vencimentos mensais do executado. INADMISSIBILIDADE: Verba alimentar. Impenhorabilidade. Aplicação do art. 833, IV e § 2º, do Código de Processo Civil. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 241-248).

Nas razões de seu recurso especial, além de divergência jurisprudencial com julgados desta Corte Superior, a parte recorrente sustenta, essencialmente, omissão e vulneração ao art. 833, IV, do Código de Processo Civil. Afirma que o Tribunal Estadual indeferiu seu pedido de penhora de 30% sobre o salário líquido percebido pelo recorrido, sob o fundamento de que tal verba seria impenhorável. Defende que tal decisão é equivocada e restritiva, pois a regra não é absoluta e deve ser interpretada no sentido de manter a dignidade e a subsistência do executado e não promover seu enriquecimento ilícito. Aduz que a FUNCEF cedeu a quantia de R\$ 22.219,40, em razão da celebração do contrato de mútuo, ao recorrido, que a recebeu e deixou de cumprir a sua parte

em detrimento da recorrente e dos demais milhares de associados. Assevera que o bloqueio do percentual de 30% pleiteado satisfaria a presente execução, sem comprometer a subsistência do executado.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 251).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 262-264), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Para melhor análise da controvérsia, converto o presente agravo em recurso especial.

**Ante o exposto dou provimento ao agravo, determinando sua conversão em recurso especial.**

Após a regularização do novo registro, retornem os autos conclusos para julgamento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**